



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) FACULDADE
DE EDUCAÇÃO (FAE) CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO
ESCOLAR**

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL**

MARIA LÚCIA SANTOS

**BELO HORIZONTE
JULHO DE 2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) FACULDADE
DE EDUCAÇÃO (FAE) CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO
ESCOLAR**

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Área de concentração: Gestão Escolar.

Orientador: Professor Me Daniel Handan Triginelli

**BELO HORIZONTE
JULHO DE 2013**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria Lúcia Santos

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ____ de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof. Nome Me Daniel Handan Triginelli – Orientador

Prof^a. Maria Lúcia Santos-Cursista

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por conceder-me vida e permitir que eu chegasse até aqui. À minha família, em especial às minhas filhas, pelo apoio e carinho a mim dispensados. Às minhas amigas e companheiras de curso Eliane Maria José Sena e Raquel Dias Gomes por compartilharem comigo as conquistas e angústias do decorrer do curso. E por fim aos professores que dedicaram seu tempo para nos orientar na construção do conhecimento.

RESUMO

O Presente trabalho apresenta a análise da avaliação da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental, sob o prisma das discussões acerca da qualidade da escola pública brasileira e as formas de avaliação utilizadas para aferir essa qualidade. Sobretudo, como conciliar as avaliações qualitativas com as avaliações externas, que possuem um caráter basicamente quantitativo e como o Projeto Político Pedagógico deve nortear o trabalho da instituição para garantir que a função social da escola seja cumprida, garantido o direito à educação de qualidade para o aluno cidadão brasileiro.

Palavras-chave: avaliação, educação, qualidade, desafio.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
A avaliação como processo contínuo.....	10
Quantificando o conhecimento construído na escola.....	11
A adaptação do Projeto Político Pedagógico para atender os aspectos qualitativos e quantitativos da educação.....	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS	13
REFERÊNCIAS.....	14
ANEXO	16

INTRODUÇÃO

O processo avaliativo é um dos grandes desafios enfrentados por educadores, gestores e alunos. Avaliar vem do latim “a+valere”, que significa atribuir um juízo de valor. (LUCKESI, 1995, p.28) Por esse motivo, é tão complexo avaliar e ser avaliado. Para Perrenoud (1990),

não existem medidas automáticas, avaliações sem avaliador nem avaliado; nem se pode reduzir um ao estado de instrumento e o outro ao de objeto. Trata-se de **atores** que desenvolvem determinadas **estratégias**, para as quais a avaliação encerra uma **aposta**, sua carreira escolar, sua formação.(...) Professor e aluno se envolvem num jogo complexo cujas regras não estão definidas em sua totalidade, que se estende ao longo de um curso escolar e no qual a avaliação restringe-se a um momento. (PERRENOUD,1990, p.18).

Esse processo deve apresentar um caráter processual, formativo e participativo, diagnosticando as dificuldades para intervenções imediatas. Pois como relata Luckesi (1995), “Avaliar significa identificar impasses e buscar soluções” (LUCKESI, 1995, p.165).

Em muitas situações, a avaliação é usada para aferir apenas os aspectos quantitativos sem levar em consideração as habilidades e competências adquiridas durante o trabalho pedagógico. O mais importante não é a quantidade de conteúdos trabalhados, mas a qualidade do aprendizado construído. O ideal é, segundo Freitas (2008), “O professor que trabalha de forma consciente e coerente, diversificando instrumentos de avaliação para que seja possível abranger todas as facetas do estudante...” (FREITAS, 2008). Assim, avaliação torna-se uma aliada e não uma inimiga do estudante, como outrora, onde esse processo tornava-se um elemento de punição para aqueles que não alcançavam os objetivos propostos. Não obstante, a avaliação da aprendizagem precisa estar em consonância com os objetivos propostos pela instituição. É o ponto de partida quando busca um diagnóstico da aprendizagem e é a linha de chegada quando afere o que foi consolidado durante o processo educativo. Esta não pode perder seu sentido, determinando apenas critérios que excluam e rotulam os alunos como bons ou maus.

“Um bom processo de ensino-aprendizagem na escola inclui uma avaliação inicial, para o planejamento do professor, e uma avaliação ao final de uma etapa de trabalho (seja ela um tópico da matéria, um bimestre ou um ciclo).” (MEC/INEP,

2005,p.25) O diagnóstico é a bússola que orienta novos caminhos para educador e educando .

O início do ensino fundamental é o momento das grandes descobertas¹ e deve ser conduzido cuidadosamente, pois é extremamente importante para construção de saberes que geram expectativas e que possibilitam o sucesso do processo educativo. O principal objetivo da escola é

fazer com que os alunos aprendam e adquiram o desejo de aprender cada vez mais e com autonomia. Para atingir esse objetivo, é preciso focar a prática pedagógica no desenvolvimento dos alunos, o que significa observá-los de perto, conhecê-los, compreender suas diferenças, demonstrar interesse por eles, conhecer suas dificuldades e incentivar suas potencialidades. (MEC/INEP, 2005,p.25)

Dessa forma, o aluno é capaz de aprender a aprender e a construir por si mesmo novas possibilidades de aprendizagem. Avaliar o conhecimento que esse aluno traz de suas múltiplas vivências é muito importante para construir um planejamento que atenda às necessidades do aprendiz, sanando as dificuldades e consolidando as habilidades e competências necessárias ao bom desenvolvimento desse processo. Partindo desse pressuposto, percebe-se que a função diagnóstica da avaliação é muito importante e deve fornecer dados suficientes para que o professor oriente a construção de novos saberes.

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2011), trazem em seus textos o relato que “O Estado é responsável pela garantia do direito à educação de qualidade.” Conforme estudos realizados pelo Conselho Nacional de Educação, a situação educacional do nosso país encontra-se em um estado preocupante. Dados dessa pesquisa revelam que em língua portuguesa, por exemplo, “71% dos alunos que concluem o ensino médio não aprenderam o que seria esperado para a etapa final de sua formação básica.” (CNE-2011). Há no Brasil uma grande necessidade de voltar todas as atenções para a qualidade do ensino.

Para que a escola seja capaz de orientar os alunos nessa perspectiva, “a avaliação não deve se deter, apenas, sobre a aprendizagem do aluno. Avaliar a escola é importante.” (MEC/INEP, 2005, p. 25) Essa análise do trabalho da instituição deve ser conduzida pela comunidade escolar, pois essa ação democrática

¹ “Conhecimento do mundo letrado. Leitura, interpretação e produção escrita e compreensão das funções dos códigos linguísticos e sua contextualização” (SOARES, 2004, p.14).

é capaz de revelar as forças e as fraquezas do trabalho pedagógico e nortear as ações da equipe para que a busca por soluções seja de responsabilidade de todos e de cada um.

As ações da Escola objeto desse estudo têm fomentado à gestão das ações avaliativas a partir da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico e da retomada das ações que fortalecem o trabalho em prol da qualidade do ensino. Isso só é possível quando a comunidade, escolar representada pelo conselho, discute e define conjuntamente as ações e traça novos objetivos, visando atender as necessidades educacionais da comunidade. Participar da construção do projeto político pedagógico e dos planejamentos anuais, avaliar os resultados da administração e ajudar a buscar meios de solucionar os problemas administrativos e pedagógicos.

O inciso V do artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9394/96), relata que na Educação Básica, “A verificação do rendimento escolar observará o seguinte item: a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre o de eventuais provas finais;” Sabe-se, porém, que nem sempre a qualidade está à frente da quantidade, embora a lei faça essa colocação.

O desafio na escola objeto de estudo, é não tornar a avaliação um mero instrumento para atender às exigências de um sistema que quantifica o conhecimento. Em algumas situações, nota-se uma preocupação exacerbada com os números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB), Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e outras avaliações externas que transformam em números tudo o que foi construído durante um longo e árduo período de trabalho. Os profissionais da escola objeto dessa pesquisa sabem que instrumentos são importantes, desde que utilizados como ferramentas complementares para o processo educativo e não como um número vazio de significados, que leva às escolas a treinarem seus estudantes para alcançar um objetivo meramente quantitativo. Para Freitas “A avaliação não se restringe a instrumentos de medição, mas acaba sendo configurada como instrumento de controle disciplinar, de aferição de atitudes e valores dos alunos.” (FREITAS 1995, p.63)

Diante disso, esse trabalho discute como avaliar de forma coerente com as necessidades educacionais e utilizar esse importante instrumento para promover intervenções pedagógicas capazes proporcionar qualidade educacional? Como associar os aspectos quantitativos, exigidos nas avaliações externas, com os aspectos qualitativos? Como educadores e gestores escolares avaliam a aprendizagem dos alunos e o trabalho que a escola desenvolve?

As discussões acerca da avaliação escolar e como as mesmas devem nortear a aprendizagem são imprescindíveis para que educadores e gestores cheguem a um consenso sobre a necessidade de avaliar para fomentar a construção do conhecimento. Avaliar não somente o aluno, mas as ações de todos os envolvidos no processo pedagógico sempre em busca de novos métodos e metodologias que promovam a qualidade da educação.

O conceito de qualidade é totalizante, abrangente, multidimensional. É social e historicamente determinado porque emerge em uma realidade específica de um contexto concreto. Portanto, uma análise crítica da qualidade deverá considerar todos esses aspectos, **articulando aqueles de ordem técnica e pedagógica aos de caráter político-ideológico.**² (RIOS, 2001, p. 64)

A descoberta de como fazer a associação dos aspectos de citados por Rios podem contribuir o sucesso educacional e o cumprimento da função social da escola na sociedade atual.

Para alcançar os objetivos e responder os questionamentos propostos, o presente trabalho baseou-se em pesquisa bibliográfica, ou seja, de acordo com Ribeiro (2004), “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet” (RIBEIRO, 2004, p. 14) e de natureza aplicada, “que objetiva gerar conhecimentos para aplicação de prática dirigida à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.”(RIBEIRO, 2004, p. 14). Nesse contexto, elementos sobre avaliação, presentes no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola a qual estou vinculada, situada no município no município de Itamarandiba, estado de Minas Gerais, porém sem deixar à margem a abrangência do tema tratado, pois os problemas vivenciados na comunidade escolar pesquisada podem também estar presentes em outros contextos educacionais. Cada realidade apresenta suas especificidades dentro da abordagem da avaliação.

² Grifo da autora.

Em uma pesquisa baseada em revisão bibliográfica, é necessário “identificar as questões relevantes” e partir delas, indicar “autores que defendem a referida posição”.(MAZZOTTI,1992, p. 55)

Sabendo da importância do tema e quão abrangente é a discussão acerca dele, esse trabalho não representa uma teoria conclusiva, porém uma pequena parte do vasto campo de discussão, a linearidade e as controvérsias dos pontos de vista dos diferentes autores utilizados como base da pesquisa.

A avaliação como processo contínuo

Luckesi (2002) considera que

(...) o conceito avaliação é formulado a partir das determinações da conduta de “atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação...” O ato de avaliar implica coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou qualidade, que se processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto. (LUCKESI, 2002,p.93)

Partindo desse ponto de vista, é possível repensar a avaliação como instrumento contínuo e processual, que deve ser a base da aprendizagem e não apenas a coleta final do processo. É preciso analisar cada etapa da construção do conhecimento: a relevância do tema a ser introduzido, o trabalho desenvolvido a partir desse tema que possibilita a construção do conhecimento e a consolidação desse conhecimento construído e comparar se o que foi construído está em consonância com o padrão de qualidade estabelecido.

Avaliar se o aluno tem condições de aplicar o conhecimento que construiu em diferentes situações do cotidiano é imprescindível, pois a finalidade da educação , segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 1º é abranger “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (LDB 9394/96, art.1º) Para tal, é necessário avaliar a relevância e a aplicabilidade das habilidades desenvolvidas e competências adquiridas no processo educativo. Conforme Indicadores da qualidade na educação do Ministério da Educação-MEC- e Instituto Nacional de Pesquisas Educacionis-INEP -”Quando falamos em avaliação, estamos falando de algo muito mais completo que uma

prova”. A avaliação deve ser um processo, ou seja, deve acontecer durante todo o ano, em vários momentos e de diversas formas.

Quantificando o conhecimento construído na escola

A educação deve levar em consideração aspectos sociais, locais e globais. Isso requer uma reflexão sobre o que avaliar. Os conhecimentos adquiridos na escola atual são avaliados de forma global, ou seja, o conhecimento é aferido pelas avaliações externas são avaliados com as mesmas questões para estudantes das diferentes regiões do Brasil. As realidades vivenciadas por esses estudantes não são levadas em consideração no momento Dessas avaliações que se tornam quantitativas. Para Martins

Mesmo que se considere a realização de avaliação externa sobre os resultados obtidos pelas escolas um importante indicador para que os gestores dos sistemas de ensino possam corrigir problemas e reorientar decisões e percursos institucionais, as metodologias que desconsideram a diversidade cultural que permeia as redes de escolas não captam a efetiva dinâmica das unidades escolares, com base apenas nos resultados finais obtidos por testes padronizados. (MARTINS, 2001, p.34).

Nesse contexto, as avaliações padronizadas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica -SAEB- como a Prova Brasil é relevante para aferir a qualidade do ensino desde que as escolas tenham consciência que não se pode construir o Projeto Político Pedagógico da instituição levando em consideração somente dados quantificáveis, mas também, a necessidade e a realidade local. A avaliação da aprendizagem precisa existir para inclusão e considerar a homogeneidade dos grupos avaliados tratará grandes riscos da prática da seleção e da exclusão.

O Capítulo II, artigo 3º do Plano de Metas da Educação Brasileira, define o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da seguinte forma:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).
Parágrafo único. O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao compromisso.

Portando, esse indicador objetivo não pode ser considerado, exclusivamente, como indicador de qualidade se não se basear nos princípios de que cada escola localiza-se em um contexto e cada um desses contextos tem suas especificidades, o que gera a necessidade de uma adaptação das formas de avaliação.

A adaptação do Projeto Político Pedagógico para atender os aspectos qualitativos e quantitativos da educação.

Considerando que “a avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesmo” (CALDEIRA, 2000.p. 122), e tendo em vista o objetivo a ser alcançado, as escolas devem discutir o seu trabalho, avaliar seu desempenho e o desempenho dos seus educandos para que o Projeto Político Pedagógico seja elaborado com base no diagnóstico da realidade, buscando melhorias na qualidade do ensino para que essa qualidade traga bons resultados nas avaliações externas. Se há qualidade na aprendizagem, os resultados qualitativos serão satisfatórios. Pensando assim, as escolas deverão utilizar as avaliações internas como indicadores de qualidade e como diagnóstico para retomar a prática, possibilitando, por meio de novos métodos e metodologias, a aquisição das habilidades e competências que não foram consolidadas com sucesso. Assim a avaliação será um meio, um recurso para orientar os trabalhos da instituição educacional.

Ao construir Projeto Político Pedagógico, a comunidade escolar precisa partir do pressuposto que a educação escolar apoia-se em princípios e valores comprometidos com a formação de um aluno cidadão, capaz de participar e modificar a sociedade em que está inserido. E a quantificar resultados, apenas, não trará nenhuma contribuição para tal formação. Portanto, o Projeto Político Pedagógico deve considerar que

A avaliação é não-pontual, diagnóstica (por isso, dinâmica) e inclusiva. Ou seja, à avaliação interessa o que estava acontecendo antes, o que está acontecendo agora e o que acontecerá depois com o educando, na medida em que a avaliação da aprendizagem está a serviço de um projeto pedagógico construtivo, que olha para o ser humano como um ser em desenvolvimento, em construção permanente. Para um verdadeiro processo de avaliação, não interessa a aprovação ou reprovação de um educando, mas sim sua aprendizagem e, conseqüentemente, o seu crescimento; daí ela ser diagnóstica, permitindo a tomada de decisões para a melhoria; e,

consequentemente, ser inclusiva, enquanto não descarta, não exclui, mas sim convida para a melhoria. (LUCKESI,2000).

Após a pesquisa bibliográfica, é possível perceber, que a escola objeto desse trabalho está caminhando para que a avaliação tenha a finalidade citada por Luckesi. O Projeto Político Pedagógico, em anexo, mostra a preocupação dos profissionais em promover a qualidade do ensino na instituição, quando reconhece que não basta apenas o aluno estar na escola, ele precisa aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre as práticas avaliativas no ambiente escolar é infinita e também muito importante para o crescimento das instituições e para a busca da excelência da aprendizagem. Porém, é preciso planejar, as práticas pedagógicas, repensar aquilo que foi negativo e reorganizar os pontos fracos para que eles possam tornar-se força dentro processo educativo. Não basta avaliar, é preciso garantir que a qualidade seja alcançada.

E essa qualidade depende de planejamento, discussão, conhecimento por parte da escola e avaliação, não somente do que se constrói na escola, mas também da bagagem de conhecimento que a aluno traz das vivências sociais. “Crianças, adolescentes, jovens e adultos vivem num mundo cheio de informação, o que reforça a necessidade de planejar as aulas com base em um conhecimento sobre o que eles já sabem e o que precisam e desejam saber.” MEC/INEP, 2005,p.25)

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Ressignificando a avaliação escolar**. Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000.

BRASIL.Ministério da educação-MEC. **Indicadores da qualidade na Educação**.São Paulo.Ação Educativa,2005.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação**, Brasília; 2001.

MARTINS, A. M. A **descentralização como eixo das reformas do ensino**: uma discussão da literatura. Educação & Sociedade. Revista de Ciência da Educação: CEDES, n. 77, ano XXII, p. 28-48, dez. 2001.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. **A revisão da bibliografia em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis-artigo do caderno de pesquisas**.São Paulo, 1992. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/916.pdf>> consulta realizada em 23/062013.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual Educação. **Resolução 2.197**. Belo Horizonte, outubro de 2012.

MOSCOVICI, Serge (Org.). **Psicologia social: pensamiento y vida social; psicologia social y problemas sociales**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1986.

PERRENOUD, Philippe. **La construcción del éxito y del fracasso escolar**. Trad. Pablo Manzano. Madrid: Morata/La Coruña: Paidéia, 1990.

_____. **Formação em avaliação: entre idealismo ingênuo e realismo conservador**. In: _____. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: D. Quixote, 1993.

INEP/MEC (2004) **O desafio de uma educação de qualidade para todos: educação no Brasil – 1990-2000**. Brasília.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14 ed. São Paulo:Cortez, 2002.

_____.**Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. São Paulo, Cortez, 1995.

_____. **Entrevista concedida à *Aprender a Fazer***, publicada em *IP – Impressão Pedagógica*, publicação da Editora Gráfica Expoente, Curitiba, PR, nº 36, 2004, p. 4-6. Disponível em <[http://www.luckesi.com.br/perguntaerespostas_ questao_02.htm](http://www.luckesi.com.br/perguntaerespostas_questao_02.htm)> Consulta em 29/06/2013.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Concepção Dialética-Libertadora do processo de Avaliação Escolar**. São Paulo, Libertad, 1994.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação. jan/abr. n. 25, 2004.



ANEXO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO-FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DA ESCOLA MUNICIPAL FLORES DO CAMPO**

**ELIANE MARIA JOSÉ SENA
MARIA LÚCIA SANTOS
RAQUEL DIAS GOMES**

BELO HORIZONTE

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DA ESCOLA MUNICIPAL FLORES DO CAMPO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Assistente Giselle Cristina Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE
2013
SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	<u>03</u>
2. FINALIDADE DA EDUCAÇÃO.....	<u>07</u>
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	<u>08</u>
3.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA.....	<u>08</u>
3.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA	<u>09</u>
4. CURRÍCULO.....	<u>10</u>
5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	<u>11</u>
6. PROCESSOS DE DECISÃO	<u>12</u>
7. RELAÇÕES DE TRABALHO	<u>13</u>
8. AVALIAÇÃO	<u>14</u>
<u>9-REFERÊNCIAS</u>	<u>16</u>

1-INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Flores do Campo ao elaborar seu Projeto Político Pedagógico, em 2013, tem como prioridade a formação holística do aluno, preparando-o para atuar na sociedade como mulheres e homens de bem, com participação ativa, reflexiva e crítica que leva à transformação das realidades na construção de um mundo melhor, intervindo e trabalhando as possíveis causas que alimentam os problemas que impedem o percurso bem sucedido da comunidade.

A Escola oferece para a comunidade local os anos iniciais de alfabetização do Ensino fundamental, no turno matutino funcionam os quartos e quintos anos e no turno vespertino o primeiro ano, o segundo e o terceiro ano de ensino fundamental. Dessa forma a escola propõe a trabalhar as questões fundamentais dentro de um currículo complexo e inovador, buscando a interdisciplinaridade entre os conteúdos das diversas áreas de conhecimento, através dos eixos e capacidades específicas à aquisição da leitura, escrita, análise, interpretação de textos, cálculos, raciocínio lógico matemático juntamente com a formação humana, afetiva, social, moral, intelectual, cultural e política.

A preocupação dos profissionais da instituição é oferecer uma educação de qualidade, com um ambiente acolhedor e agradável, conhecendo a realidade de cada aluno, buscando uma relação mais íntima com a família. Quanto à proposta pedagógica da escola para cada ciclo do Ensino Fundamental, a escola segue também a resolução proposta para um bom desenvolvimento do aluno e assegurar universalização ao ensino, de acordo com a Resolução 2197/2012, a

A Escola Municipal Flores do Campo, foi criada pelo decreto nº 1. 249 de 18 de setembro de 1989 e autorizado o seu funcionamento pela portaria 09/89, publicada no diário MG de 03/09/89 tendo prédio próprio, situado à Rua Belo Horizonte, 89, Bairro Bromélias em Itamarandiba, onde a comunidade é de poder aquisitivo baixo e a maioria das pessoas não possui ensino fundamental completo. Encontra-se em boas condições de funcionamento. Possui uma cozinha com um fogão industrial, um congelador pequeno e um freezer. Cinco salas de aula bem amplas com quadros e mobiliários em bom estado de conservação. Uma sala de leitura pequena e com poucos livros literários. Um salão de reuniões. Uma secretaria e diretoria equipadas com computadores e internet. Um pátio com mobiliário próprio para as refeições e uma sala com computadores e acesso a internet para uso dos

alunos. Oferece o ciclo inicial e complementar da alfabetização do ensino fundamental.

Atualmente, a Escola Flores do Campo está funcionando com cinco turmas de ciclo complementar da alfabetização do Ensino Fundamental no turno matutino ministrando quatro horas e dez minutos de aulas diárias incluindo Educação Religiosa e Educação Física. No turno vespertino são cinco turmas de ciclo inicial da alfabetização do Ensino Fundamental ministrando quatro horas e dez minutos de aulas diárias incluindo Ed. Religiosa e Ed. Física.

Em 2013, encontram-se matriculados e freqüentes nesta instituição duzentos e trinta alunos ao total, sendo cento e trinta e nove alunos no turno matutino divididos em: quarto ano A (ciclo complementar) com trinta e um alunos, quarto ano B(ciclo complementar) com vinte e nove alunos, dois quintos anos A e B (ciclo complementar) com vinte e seis alunos e o quinto ano C (ciclo complementar) com vinte e sete alunos. No turno vespertino são noventa e um alunos divididos em: primeiro ano (ciclo inicial) com dezessete alunos, segundo ano A (ciclo inicial) com vinte e um alunos, segundo ano B (ciclo inicial) com dezenove alunos, terceiro ano A (ciclo inicial) com dezoito alunos e o terceiro ano B(ciclo inicial) com dezesseis alunos. A escola oferece educação em tempo integral para 64 alunos, que ficam na escola 07 horas diárias. O problema enfrentado nessa modalidade de educação é a falta de espaços adequados para realização das atividades como esporte, artesanato, entre outros.

Enfim as políticas educacionais precisam ser coerentes com as necessidades da sociedade. Para isso tanto gestores educacionais, quanto professores e equipe pedagógica cumpram o seu importante papel em suas instituições usando seu conhecimento acadêmico e de aperfeiçoamento num contexto democrático, fazendo com que aconteça a escola cumpra suas finalidades, buscando parcerias com comunidade local, e principalmente com as famílias, tornando uma gestão transparente e com objetivos comuns a todos e o mais importante, que o aluno tenha um desenvolvimento pleno e seja preparado para viver e conviver no mundo globalizado.

Quanto ao quadro de ensino-aprendizagem e diante da perspectiva de se atingir um patamar evolutivo torna-se imprescindível voltar nossos olhares para a prática didática- pedagógica, viabilizando meios e articulando estratégias de elevar à auto-estimas do aluno e de profissionais. Esse compromisso deve abranger toda a

comunidade escolar para que se possa alcançar as metas previstas para este educandário.

II- FINALIDADES DA EDUCAÇÃO.

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2011), trazem em seus textos o relato que “O Estado é responsável pela garantia do direito à educação de qualidade.” E para que a qualidade da aprendizagem ocorra de forma satisfatória, faz-se necessária uma reestruturação na gestão das escolas públicas brasileiras. Diante das transformações ocorridas no âmbito econômico, social, político e cultural, a escola vem sendo questionada acerca de suas funções, pois, o panorama mundial, desenhado pela globalização e pelo capitalismo cria novas demandas e exigem dos profissionais da educação uma mudança de postura e a criação de novos métodos de ensino que atendam indivíduos com novos hábitos e costumes onde a tecnologia se faz presente. A escola precisa direcionar suas finalidades educativas para os interesses do mercado mundial que requer trabalhadores flexíveis e polivalentes, capazes de acompanhar as mudanças que ocorrem rapidamente e simultaneamente em todo o mundo. Nas últimas décadas, a educação foi reposicionada como prioridade para os governantes na América Latina. Atitude esta, que possibilita a implantação de políticas voltadas para a qualidade e a equidade da educação, através de uma gestão democrática, descentralizadora e autônoma.

A escola tem como meta a igualdade de direitos entre cidadãos, baseados nos princípios democráticos, respeitando as diversidades culturais, regionais, étnicas e políticas, onde a educação possa atuar decisivamente no processo de construção da cidadania. Por isso, trabalha com a idéia de difundir nos educandos os valores: respeito, solidariedade, honestidade, disciplina, diálogo, amizade, entre outros, pois os mesmos foram assolados na sociedade contemporânea.

A gestão democrática do ensino público e a autonomia pedagógica das unidades escolares estão previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, LDB 9394/96. Uma das metas do Plano Nacional de Educação (2001), “é promover a participação da comunidade na gestão das escolas”. O ensino

fundamental de nove anos foi implantado de acordo com o parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Com o objetivo de ampliar e intensificar gradativamente o processo educativo com qualidade social e também dando a oportunidade de aprender através do desenvolvimento do domínio da escrita, leitura e cálculos.

2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A Escola Municipal Flores do Campo possui 100% dos seus profissionais habilitados, em formação continuada, aptos a desenvolver seu trabalho com segurança e com práticas pedagógicas capazes fomentar a criatividade e direcionar a construção do conhecimento. A instituição conta com um quadro funcional de treze professores - PEB I, sendo que onze deles são efetivos, todos com mais de dez anos de experiência, todos graduados e pós-graduados na área da educação. No turno matutino os professores atuam no ciclo complementar conforme sua maior experiência e conveniência pedagógica as professoras de Educação religiosa, professor assistente e de Educação física ministram suas aulas nos dois turnos em horários estipulados pela escola. No turno vespertino as professoras foram previamente selecionadas e em concordância com ambas as partes atuam no ciclo inicial de alfabetização respeitando o perfil adequado de cada turma e professor. A escola conta ainda com o auxílio de professores que se encontram em ajustamento funcional na organização da secretaria escolar exercendo a função de auxiliar de secretaria, professor recuperador e auxiliar de leitura.

Os auxiliares de serviços gerais são seis, três efetivos e três designados divididos nos dois turnos, são comprometidos com os seus trabalhos e também ajudam no trabalho de socialização que a escola vem realizando.

A escola comporta somente uma especialista da educação básica, efetiva. A mesma cumpre sua jornada de trabalho de quarenta horas nos Módulos I e II.

2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica

A Gestão pedagógica na unidade escolar é organizada pela diretora da escola graduada e pós-graduada na área da educação, com vinte e sete anos de experiência no ensino fundamental, onde participa das orientações proferidas pela

SRE e SME, repassando através de reuniões administrativas e pedagógicas periodicamente ou toda vez que houver necessidade com todos os funcionários de ambos os turnos, além de realizar todas as tarefas na parte administrativa. No turno matutino as práticas pedagógicas específicas são direcionadas pela pedagoga em conjunto com as professoras em encontros e visitas às salas de aulas. A vice-diretora também graduada e pós-graduada na área de educação com experiência de dezenove anos nos anos iniciais de alfabetização e também em supervisão pedagógica, além de outras atribuições delegadas pela gestora, em conjunto com a diretora realizando encontros com os professores e visitas nas salas de aulas para o efetivo acompanhamento do desenvolvimento pedagógico.

A escola vem promovendo eventos como: festas, apresentações culturais, palestras em parceria com instituições municipais ou estaduais, com a intenção de aproximação da família escola. A comunidade ainda cultiva a cultura que a educação é responsabilidade somente da escola. A escola pode observar alguns avanços ainda tímidos em relação à presença total de pais.

A metodologia adotada na escola é sugerida pela equipe de analistas da SRE e especialistas da SME, posteriormente é analisada pela gestão pedagógica e professores e ajustada adequadamente às necessidades reais da instituição. Esta instituição vem realizando um projeto de informática, principalmente nos anos iniciais, onde o próprio professor regente ministra uma aula de 50 minutos por semana. Os planos de aulas são feitos pelos professores diariamente ou semanalmente, de acordo com os eixos e capacidades propostos pela SEE nas Matrizes de referência do ano em que está atuando, são materiais de apoio para o professor: o guia de alfabetização, os livros didáticos e outros.

4. CURRÍCULO

O currículo constitui o elemento central do projeto pedagógico político pedagógico, pois este viabiliza o processo de ensino aprendizagem, e aliado à realidade da instituição, define o ponto de partida das práticas pedagógicas. Para Moreira e Silva (1997), “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria prima de criação e

recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”. (MOREIRA E SILVA 1997, p. 28). Para Sacristán (1999)

O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (idéias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições. SACRISTÁN (1999, p. 61).

É possível notar que tanto na visão de Sacristán como na visão de Moreira e Silva, o currículo é o solo fértil no qual o trabalho pedagógico deve ser cultivado com organização e flexibilidade, possibilitando a ligação entre escola e sociedade, cultura e construção de identidades. Nessa perspectiva, a Escola Municipal Flores do Campo constitui seu currículo baseado na realidade local. Os conteúdos ministrados como base comum da SME são: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Língua Inglesa, Literatura, Artes, Educação Religiosa, Educação Física e como Parte diversificada: Informática Educacional, Saúde e Meio ambiente.

Art. 56 da Resolução SEE/MG nº 2.197, de 26 de outubro de 2012 diz que

O currículo da Educação Básica configura-se como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social, contribuindo, intensamente, para a construção de identidades socioculturais do educando. (SEE, 2012).

Portanto, o currículo deve voltar-se para as reais necessidades do aluno numa visão ampla, deve ser flexível despertando no aluno a participação, a criatividade garantindo o êxito do processo educativo na formação do ser humano onde desenvolva habilidades, atitudes, competências, valores contextualizando os conhecimentos não só para a vida escolar, mas para a vida em sociedade no exercício da cidadania. Abolir preconceitos, trabalhar a solidariedade com espírito de coletividade, o respeito com próximo e o meio ambiente, conscientizando aos alunos para serem agentes transformadores do meio em que vivem, tornando a aprendizagem significativa abordando todos os conteúdos de forma interdisciplinar. A escola zela pelo cumprimento das Leis Educacionais que a regem, neste sentido as práticas pedagógicas estarão amparadas na Resolução da Secretaria Estadual nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, estabelece que:

As Escolas da Rede Municipal de Ensino adotarão, como norteadores de

suas ações pedagógicas, os seguintes princípios:

I - Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

II - Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades;

III - Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

Parágrafo único. Na Educação Básica, as dimensões inseparáveis do educar e do cuidar deverão ser consideradas no desenvolvimento das ações pedagógicas, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando. (SEE/MG-2012)

I - 1º Ano:

- a) desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b) conhecer os usos e funções sociais da escrita;
- c) compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;
- d) ler e escrever palavras e sentenças.

II - 2º Ano:

- a) ler e compreender pequenos textos;
- b) produzir pequenos textos escritos;
- c) fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

III - 3º Ano:

- a) ler e compreender textos mais extensos;
- b) localizar informações no texto;
- c) ler oralmente com fluência e expressividade;
- d) produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

§ 1º Ao final do Ciclo da Alfabetização, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas, e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura.

§ 2º Ao final do Ciclo da Alfabetização, na área da Matemática, todos os alunos devem compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição e subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos, dominar conceitos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

Art. 62 O Ciclo Complementar, com o objetivo de consolidar a alfabetização e ampliar o letramento, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que todos os alunos, ao final de cada ano, tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

I - 4º ano:

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatários e contextos;
- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções;
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses;
- d) selecionar textos literários segundo seus interesses.

II - 5º Ano:

- a) produzir, com autonomia, textos com coerência de ideias, correção ortográfica e gramatical;
- b) ler, compreendendo o conteúdo dos textos, sejam informativos,

literários, de comunicação ou outros.

§ 1º Ao final do Ciclo Complementar, todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

§ 2º Ao final do Ciclo Complementar, na área da Matemática, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

Art. 63 A programação curricular dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, tanto no campo da linguagem quanto no da Matemática, deve ser estruturada de forma a, gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos, dos mais simples aos mais complexos, contemplando, de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento.

Art. 64 Na organização curricular dos ciclos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os Componentes Curriculares devem ser abordados a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado:

I - Os eixos temáticos dos Componentes Curriculares Ciências, História e Geografia devem ser abordados de forma articulada com o processo de alfabetização e letramento e de iniciação à Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Ciclos.

II - A questão ambiental contemporânea deve ser abordada partindo da realidade local, mobilizando as emoções e a energia das crianças para a preservação do planeta e do ambiente onde vivem.

III - O Componente Curricular Arte deve oportunizar aos alunos momentos de recreação e ludicidade, por meio de atividades artístico-culturais.

VI - O Ensino Religioso deve reforçar os laços de solidariedade na convivência social e de promoção da paz.

Art. 65 A Escola deve, ao longo de cada ano dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, acompanhar, sistematicamente, a aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias e recursos diversos para sanar as dificuldades evidenciadas no momento em que ocorrerem e garantir a progressão continuada dos alunos. (SEE/MG-2012)

5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Quanto à organização dos tempos escolares, o calendário é elaborado pela equipe pedagógica da secretaria Municipal de Educação e adequado à realidade da escola pelos Conselhos Escolar. A Secretaria Municipal de Educação baseia-se nas normas estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, Resolução SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012 que, por sua vez, baseia-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96:

O Calendário Escolar deve ser elaborado pela Escola, em acordo com os parâmetros definidos em norma específica, publicada anualmente pela Secretaria de Estado de Educação – SEE, discutido e aprovado pelo Colegiado e amplamente divulgado, cabendo à Inspeção Escolar supervisionar o cumprimento das atividades nele previstas.

§ 1º Serão garantidos, no Calendário Escolar, o mínimo de 200 (duzentos) dias letivos e carga horária de 800 horas, para os anos iniciais. (SEE,2012).

A jornada diária e de 4 horas diárias e 10 minutos de intervalo para lanche. Para otimizar o tempo em sala de aula, cada professor organiza um quadro de horários que, de acordo com a grade curricular, organiza o tempo destinado a cada disciplina diariamente. A rotina conta também com interdisciplinaridade e a flexibilidade para atender às necessidades. Pois para Petitat (1994) “A vida escolar não segue o ritmo de promoções anuais e de exames destinados a verificar a assiduidade do estudante e afastá-lo em caso de mau resultado.” (PETITAT, 1994, p. 60). Para isso, é preciso adequar rotina e flexibilidade para não deixar de atender os alunos em suas especificidades, mas também não cair no descaso com a organização do tempo em sala de aula. E para Teixeira (1999)

Somos seres rítmicos, viventes num contexto polirrítmico que abarca das batidas do coração aos compassos musicais; da respiração aos rítmicos indicados nos calendários. Das cadências das ondas do mar, aos compassos das interações sociais; dos ritmos do crescimento das plantas aos das aprendizagens humanas; dos períodos do sono e da vigília às cadências do trânsito e das comunicações humanas. Uma combinação rítmica que exprime a coexistência de múltiplas temporalidades e a imbricação dos tempos da natureza humana e inumana em nossas vivências temporais (TEIXEIRA, 1999, p. 91).

Quanto à organização dos espaços, os alunos utilizam com tranquilidade todos os espaços como sala de aula, pátio, refeitório, laboratório de informática, biblioteca, corredores. Embora não seja um espaço totalmente adequado para acessibilidade, não problemas com a locomoção e ocupação dos espaços destinados às atividades escolares. O planejamento dos professores é realizado por eles de acordo com os eixos e capacidades, que são organizados anualmente, divididos bimestralmente e reestruturados semanalmente ou diariamente de acordo com nível de desenvolvimento de cada turma.

Para cumprir os objetivos propostos os professores devem estar sempre se atualizando através de encontros com outros professores, cursos de capacitação oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Superintendência Regional de Ensino. Os professores do ciclo inicial de alfabetização irão participar em 2013, de um curso oferecido pela SEE, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que tem com prioridade a

alfabetização dos alunos até 08 anos de idade. O governo disponibilizará materiais didáticos voltados para alfabetização, livros literários, melhorias para a gestão e bolsa de auxílio para os professores.

6. PROCESSOS DE DECISÃO

O processo de decisão é algo complexo nas instituições escolares. São essas decisões tomadas em tempo hábil e com as ações corretas que determinam o bom funcionamento da escola. O processo de tomada de decisão, para Bazerman (2004), “é baseado em um conjunto de premissas que determinam como uma decisão deve ser tomada e não como a decisão é tomada”. (BAZERMAN, 2004.p.16.) esse como tomar uma decisão às vezes dificulta o direcionamento e o funcionamento das ações quando dependem apenas de um indivíduo. Por isso a importância da gestão compartilhada, democrática, onde as discussões traçam um direcionamento das decisões a serem tomadas.

A equipe gestora da escola Municipal Flores do Campo desenvolve um trabalho coletivo e o processo de tomada de decisão pauta-se em pontos de vista dos diferentes segmentos da comunidade representados pelo Conselho Escolar e da Diretoria da Unidade Executora. O Decreto Municipal 3238/2012

O conselho Escolar é um órgão construtivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador, para assuntos administrativos, pedagógicos e comunitários, cujas decisões servirão de recomendação para a gestão da Unidade Escolar. (DECRETO 3238/2012, ART.1º)

O papel do Conselho Escolar é fundamental para garantir a democratização da gestão educacional e sua eficácia, garantindo que a finalidade da educação seja cumprida. Pois, o Conselho Escolar constitui o elo entre todos os envolvidos no processo de construção do conhecimento sendo um instrumento de tomada de decisões coletivas, visando à satisfação do todo. A criação dos conselhos escolares com a participação das comunidades escolar e local, dos docentes e profissionais da educação facilita a redemocratização do ensino através da construção e execução coletiva do projeto político pedagógico. Ações como a elaboração do calendário escolar, discussão das formas de recuperação, socialização do rendimento escolar dos alunos, estabelecimento e monitoramento

das metas de ensino da instituição contribuem para a uma educação adequada à realidade social a qual a escola está inserida.

A escola está inserida em uma comunidade periférica e atende uma grande diversidade de pessoas com interesses semelhantes, porém cada um com suas necessidades específicas, exigindo da instituição flexibilidade e agilidade nas tomadas de decisões. Decisões essas que devem representar a vontade de todos os segmentos, assim como atender as especificidades de cada um deles. Nesse sentido, o trabalho dentro a instituição requer descentralização de poder, organização, planejamento coletivo das ações desenvolvidas no dia a dia e a priorização das demandas conforme as decisões do grupo. Para tanto, esse grupo precisa de pessoas dispostas a discutir, opinar, confrontar opiniões e chegando a uma decisão que atenda não apenas um determinado grupo, mas toda a comunidade escolar, especialmente o aluno. Da mesma forma, problemas que norteiam o ambiente escolar devem ser discutidos, para que vislumbrados de diferentes pontos de vista, tenham soluções eficazes para sua resolução.

Além disso, as decisões tomadas pelo grupo (Equipe Gestora, Conselho Escolar e Unidade Executora) devem levar em consideração o regimento escolar e também a rede municipal de ensino que tem seus princípios ligados aos da Secretaria Estadual de Educação e nas leis que regem o país.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

A Escola Municipal Flores do Campo, apresenta uma composição de educandos com uma enorme bagagem desfavorável à solidariedade, ao desenvolvimento dos valores éticos e morais para uma convivência saudável em sociedade. Os profissionais da escola em geral se movem diariamente para reverter o quadro desta realidade dentro da escola. Constantemente reúnem-se para elaborar projetos de acolhimento para os alunos, estratégias de incentivos e rodas de conversas destacando a importância dos valores para uma boa convivência. Com objetivo de plantar a semente da solidariedade e frutificar em seus lares. A disciplina da escola de uma forma geral é mantida pela gestão escolar, baseada no regimento da escola, e cada funcionário é responsável pela qualidade de seu trabalho.

A família dos alunos mais carentes não mantém nenhum tipo de relação com a Escola, tornando um pouco mais difícil o trabalho de socialização que

a escola vem desenvolvendo ao longo dos anos. A participação dos pais na escola ainda está defasada. Geralmente os pais que acompanham seus filhos diariamente são os que participam de todas as atividades realizadas pela escola. Portanto, a escola tem como objetivo a conscientização sobre a importância da família na escola e já vem realizando monitoramento, dinâmicas para diversificar as reuniões e reconhecimento aos pais que sempre participam das atividades escolares.

Em relação ao convívio dos funcionários da escola é harmônico, cada um cumprindo sua função, com um único objetivo o desenvolvimento pleno do aluno. A equipe de professores é graduada, mas a formação continuada e a capacitação constante são assuntos complexos. Embora todos buscam cumprir as metas estabelecidas pela equipe, a escola convive com a necessidade de estabelecer um sistema nacional para a formação continuada de professores capaz abarcar de contingentes necessários para suprir a escolarização básica nacional.

8. AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, juntamente com a equipe pedagógica, leva em consideração o desenvolvimento global do educando. Para isso deve assumir um caráter processual, formativo e participativo visando não só os aspectos quantitativos, mas também os qualitativos. Não basta apenas o aluno estar na escola, ele precisa aprender. E para saber se a qualidade do ensino atende às necessidades desse aluno, é necessário avaliar continuamente para diagnosticar as dificuldades e saná-las enquanto há tempo. Para Caldeira (2000)

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesmo; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica. (CALDEIRA, 2000.p. 122)

Partindo desse pensamento, as avaliações da Escola Municipal Flores do Campo são realizadas de diversas formas e com objetivos diferentes. Quando os professores trabalham um conteúdo, geralmente a avaliação da aprendizagem é feita diariamente ou no final de cada aula na intenção de haver uma intervenção imediata. Outro método de avaliação usado pela escola é a avaliação bimestral onde é medido o desenvolvimento ou a consolidação das competências trabalhadas no

bimestre. São atribuídos conceitos de acordo com o resultado obtido e, com base na matriz de referência dessa avaliação, acontece a intervenção pedagógica de acordo com a dificuldade de cada aluno. O rendimento dos alunos dessa instituição também é avaliado pelas avaliações externas: PROALFA, PROEB, a Prova Brasil e a Provinha Brasil. Os resultados são apresentados aos pais dos alunos através do boletim escolar em reuniões bimestrais. Os resultados das avaliações externas também seguem o mesmo padrão de resultados das avaliações internas ainda não são satisfatórios. Porém, através do empenho dos profissionais da escola, com a participação e o acompanhamento das famílias e com aulas de intervenção pedagógica serão possíveis resultados satisfatórios.

No encerramento do ano letivo, os alunos que não alcançaram os objetivos propostos fazem e os estudos independentes de recuperação. A escola deve comunicar aos pais, ou responsáveis, por escrito, o resultado final da avaliação da aprendizagem dos alunos, informando, inclusive, a situação de progressão parcial, quando for o caso.

REFERÊNCIAS

BAZERMAN, M.H. **Processo Decisório: para cursos de Administração, Economia e MBAs**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004.

BRASIL.Ministério da educação-MEC. **Indicadores da qualidade na Educação**.São paulo.Ação Educativa,2004.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira- LDB 9394/96**, Brasília; 1996.

_____, **Plano Nacional de Educação**, Brasília; 2001.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Ressignificando a avaliação escolar**. Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual Educação. **Resolução 2.197**. Belo Horizonte, outubro de 2012.

_____, Secretaria Municipal de Educação de Itamarandiba. **Decreto nº 3238/2012**. Itamarandiba, 2012.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

Parecer CNE/CEB nº 11/2010 – **Diretrizes Curriculares para o ensino Fundamental de 9 (nove) anos**.

PETITAT, André. **Produção da escola, produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SACRISTAN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. **Cadências escolares, ritmos docentes**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 87-108, jul./dez. 1999.